

# Entre o “primordial” e o “construído”: as identidades sob análise

Regina Weber\*

---

**Resumo:** Enquanto as comunidades acreditam que são ligadas por um laço afetivo (“primordial”), cujas origens no tempo são muito longínquas, os estudiosos da etnicidade estão sempre mostrando que as representações identitárias são construídas e sujeitas a reelaborações históricas. O artigo reflete sobre as possibilidades de convivência destes dois discursos, particularmente sob a ótica dos estudos de história oral.

**Abstract:** Whilst communities believe that they are bonded by endearment ties (“primordial”), whose origins over time are very faraway, ethnicity scholars are always showing that identity representations are constructed and subject to historical re-elaborations. The paper reflects upon the concurrency of these two discourses, particularly in the light of oral history studies.

**Palavras-chave:** Etnicidade. Representações. História oral.

**Key words:** Ethnicity. Representations. Oral history.

---

Existe uma nem sempre explicitada divergência entre o discurso dos grupos sociais unidos por uma identidade comum e o discurso daqueles que teorizam sobre tais identidades. Todos estamos de acordo quanto ao fato de que há uma diferença entre a fala de membros de uma comunidade ou grupo social, tais como as que são captadas em gravadores pelos historiadores orais, e o discurso sistemático, que segue padrões de um determinado campo científico, produzido pelos intelectuais. Nas ciências humanas, a dupla mais representativa de tal diferença é a constituída pelas figuras do “nativo” e do “antropólogo”. Entretanto, o que se quer destacar não é essa diferença, que se manifesta desde a forma discursiva e os lugares de sua enunciação, mas sim uma tensão que

---

\* Professora do Departamento de História da UFRGS.

aparece no conteúdo dos enunciados. Tal argumentação poderia valer para quaisquer gêneros de identidade, mas opera-se aqui com o caso da identidade étnica.

As comunidades étnicas “sentem” que pertencem a um coletivo, pertencimento que é garantido pela “essência” do seu ser, que é confirmada pela memória do passado comum do grupo e, em alguns casos, pelas diferenças fenotípicas de seus membros com relação aos membros de outros grupos. As festividades de cunho étnico aparecem para os indivíduos como a confirmação de algo que já era sabido. Olhando de fora e à distância, os pesquisadores elaboram teorizações que sempre demonstram o quanto essa identidade é construída, atribuída, cambiante, variando conforme o contexto espacial e histórico, sendo, portanto, circunstancial. Expondo a contraposição de forma esquemática, podemos dizer que as comunidades “constroem” e os intelectuais “desconstroem”. Quais as possibilidades de convivência de ambos discursos?

Se tal questão não parece significativa quando se pensa num antropólogo e grupos tribais, ela certamente é relevante para os historiadores orais, particularmente para os casos em que a distância entre a comunidade dos informantes e o próprio intelectual não é, socialmente falando, tão grande.<sup>1</sup> Se não imaginamos Malinowski apresentando suas interpretações aos nativos da ilha Trobirand, nos estudos de grupos étnicos, por outro lado, espera-se que sejam feitos por um membro intelectualizado do próprio grupo. Em muitos casos, isso poderia se justificar pela necessidade de dominar a língua do grupo ou, como é mais freqüente nos estudos históricos, a língua em que foram produzidos documentos escritos deste grupo. Mas a crescente urbanização do fenômeno étnico, que tende a reduzir a importância da língua como signo identitário,<sup>2</sup> e o aparecimento de classes médias intelectualizadas em grupos que no passado não as possuíam, como é caso dos negros no Brasil, demonstra que a razão mais provável do fato dos grupos étnicos serem estudados por um dos “seus” é a desconfiança com que são olhados os membros de outros grupos que se põem a perscrutar aqueles. Mesmo grupos que não possuam tradição de ingresso em carreiras acadêmicas de ciências humanas, mais dia menos dia acabam produzindo seus próprios intelectuais acadêmicos. Todo

---

<sup>1</sup> A contraposição feita faz sentido para uma audiência ou público leitor de historiadores. Os antropólogos, em sua discussão sobre o “fazer antropológico”, já puseram em questão a “autoridade autorial”. Sobre essa e outras reflexões, reconhecidas como “pós-modernas”, ver Trajano Filho (1988).

<sup>2</sup> Esse fenômeno foi observado, para o caso dos descendentes de alemães em Santa Catarina, pela antropóloga Giralda Seyferth (1982), na década de 1970.

historiador oral já estabeleceu alguma empatia com seu entrevistado, quando este aceitou expor-lhe sua narrativa, mas o historiador oral do mesmo grupo étnico do entrevistado poderá ter deste a confiança para a manifestação de opiniões bastante íntimas. E também é muito freqüente que se espere que o intelectual “étnico” produza texto que serão lidos pela própria comunidade. Em tais circunstâncias, como produzir “desconstruções”, quando nossa tarefa seria afirmar crenças estabelecidas? Chegamos, então, à tensão entre dois discursos, explicitada inicialmente, e às razões da sua manifestação entre estudiosos de identidades, particularmente entre os que estudam identidades étnicas com documentos “vivos”, como é o caso dos historiadores orais.

Para discorrer sobre a questão, convém ter claro algumas noções. Determinadas concepções identitárias são atualmente criticadas por serem “essencialistas”, isto é, por acreditarem que uma identidade se defina por uma “essência” passível de ser descrita por um certo número de elementos e por estar vinculada ontologicamente ao indivíduo. A crítica, obviamente, se destina aos estudiosos e não às comunidades, pois se não existissem crenças essencialistas não existiriam comunidades étnicas, tribais ou nacionais. Mesmo identidades com algum fator de opcionalidade, como as religiosas ou políticas, podem passar a ter para alguns indivíduos um caráter essencialista (“eu sempre fui um socialista”). A crítica nas ciências humanas questiona, por exemplo, as visões que postulam definir o que seja um “brasileiro” ou então estudos de imigração que definem este ou aquele grupo imigrante por determinados pratos típicos ou manifestações de um certo tipo de religiosidade.

O termo “primordial” tem sido utilizado para referir-se a visões essencialistas em contextos que vão além das discussões teórico-acadêmicas. Nas visões identitárias étnicas o “primordial” refere-se àquilo que acompanharia a história de um grupo, sendo transmitido dos ascendentes aos descendentes e cujas origens se perderiam no tempo. Pode-se dizer que as mais elaboradas representações primordialistas são as que atribuem origens míticas a um povo. Na contramão destas visões, está o pesquisador que sabe que muitos grupos que se engajam em conflitos por questões “primordiais” são, eles mesmos, criações históricas recentes (Glazer e Moynihan, 1996, p. 19), assim como o historiador que demonstra que novas tradições podem lançar mão de velhos elementos e estabelecer uma continuidade histórica (Hobsbawm e Ranger, 1984, p. 15). Em uma posição extrema, poderíamos situar o sociólogo americano Immanuel Wallerstein (1990), para quem o capitalismo no contexto da economia-mundo, noção por ele desenvolvi-

da, deu origem aos Estados-Nações, às raças e aos grupos étnicos. Estes últimos, por proverem a economia de uma mão de obra desqualificada, estariam em constante surgimento e desaparecimento. O contexto atual das metrópoles do primeiro mundo, que atraem cada vez novos grupos de imigrantes, tem dado credibilidade às suas teorias. Sua proposição de que as classificações raciais, entre elas a grande classificação entre brancos e não-brancos, fazem parte da estruturação da economia-mundo capitalista, podem nos auxiliar a entender o que há de objetivo e o que há de “construído” nas representações étnicas. A diferença de pigmentação de pele entre uma pessoa branca e uma pessoa negra é evidente, pode-se dizer, mas o que não é evidente são as razões que levam a que tal distinção adquira significado social. Outras diferenças como tamanho de orelhas e altura são também bastante evidentes, mas elas não deram origem a categorizações sociais de grupamentos humanos. Num hipotético mundo em que capacidades auditivas conferiram poderes a alguns indivíduos sobre outros, o tamanho das orelhas poderá dar origem a uma classificação social.<sup>3</sup> No caso da distinção brancos/não-brancos, ela está associada ao uso intenso da mão-de-obra africana na periferia da economia-mundo, o continente americano.

Do exposto, deve-se deduzir que cabe ao estudioso da etnicidade estar sempre se contrapondo às formulações das diferentes “etnias”? No caso específico do historiador oral, ele deverá sempre recolher um depoimento, obtido depois de se conquistar a confiança do entrevistado, que está previamente destinado a ser enquadrado como uma “crença”? Para pontuar a reflexão, faz-se uma primeira ponderação: desconstrução não significa “destruição”. Já é sabido que a negação de um mito, a desmitificação, opera com as mesmas categorias da mitificação. Se os mitos existem, há que explicar como eles foram se estabelecendo historicamente e quais as bases sociais de sua afirmação. A desconstrução seria, assim, uma tentativa de “retorno” histórico, de percorrer um caminho em sentido inverso, com todas limitações que se apresentam a esta tarefa, pois se qualquer interpretação histórica já apresenta dificuldades no caso de eventos institucionalizados e passíveis de datação (os “fatos” políticos), para o caso das representações, perseguir seus

---

<sup>3</sup> Isso será mais efetivo caso os indivíduos detentores de poderes disponham-se a se a cruzarem apenas entre si como forma de preservar seu poder. Chegamos aqui ao que Max Weber (1994) chama “fechamento endogâmico” como sendo a origem de grupos fenotipicamente semelhantes (“raças”).

momentos de formulações e seus desdobramentos é tarefa que não é simples.

Uma segunda observação remete à necessidade de distinguirmos dois diferentes fóruns de discussão: o acadêmico-científico e os das comunidades étnicas. Em uma dissertação ou tese acadêmica, se espera que o pesquisador assuma uma postura de ir na “contramão” dos enunciados presentes em documentos ou entrevistas, que, como tem sido dito, não significa negação dos mesmos, mas sua análise a partir de enfoques que variam conforme a problemática estabelecida pelo pesquisador. De um historiador oral que não assuma uma postura crítica ante os relatos colhidos, endossando suas interpretações, poderá ser dito, tal como na antropologia, “você está comendo pelas mãos do nativo” (a categoria “nativo” se revelado operacional para designar os entrevistados como representantes do grupo social que se quer estudar.) Atingido esse ponto da reflexão, deve estar claro que ela só faz sentido para aquele que, ao reconhecer a “tensão entre os desenvolvimentos teóricos que questionaram a memória e a identidade, e o compromisso com a prática democrática e credenciada” (Thomson et al., 1996, p. 72), toma posição neste importante debate na história oral, afirmando o primado da interpretação como sendo do cientista social e assumindo as conseqüências de tal posição. Como diz Pollack (1987, p. 14), as relações entre o pesquisador e aqueles que ele analisa podem ser harmoniosas, mas podem ser também conflituosas, e, em alguns casos, a exigência da empatia só pode ser mantida às custas da cientificidade. E não se trata apenas de explicitar as diferentes interpretações, como propõe Portelli (1997, p. 29), mas de reconhecer que, nos estudos de representações, como é o caso dos estudos de etnicidade, as digressões analíticas não fazem sentido para aqueles que vivenciam uma identidade. Não vamos questionar um indivíduo que valoriza as “tradições gaúchas”, pelo menos não de forma explícita, acerca do sentido da prática para ele, uma vez que nem ele nem seus antepassados têm qualquer relação de proximidade com a região da campanha rio-grandense, de onde vem a inspiração para tais tradições. Justamente pelo fato da história oral atuar no imbricamento memória-identidade, a tensão entre o trabalho acadêmico e o que tem sido denominado de “história comunitária” é intenso (Thompson et al., 1996, p. 84-85).

Retomando o paralelo com a análise de mitos, agora remetendo especificamente ao campo da “história estrutural”, podemos aproximar “desconstrução” à idéia de “decodificação”. Nesse caso, para se obter uma “meta-lógica dos pensamentos e das atitudes

humanas”, é necessário “ir além das ‘racionalizações’ elaboradas pelos agentes históricos, que é preciso considerar como máscaras que dissimulam os dados estruturais” (Bourdé e Martin, 1983, p. 197). O historiador oral pode recusar as pouco simpáticas idéias de “máscara” ou “dissimulação”, mas permanece o desafio, em estudos de representações, de se buscar as “meta-lógicas”. Pontuando a diferença entre a história oral e a antropologia, Micaela di Leonardo (1987) afirmou que os antropólogos descrevem padrões de comportamento dos informantes dos quais nem eles mesmos estão cômicos; contudo, não será isso que os estudos de representações em história têm feito crescentemente?

E o que deve fazer o historiador? Questionar, por exemplo, que a religiosidade católica possa ser um elemento de caracterização dos “poloneses” no Rio Grande do Sul, pois o catolicismo também caracteriza outros grupos imigrantes? Com um conhecimento, ainda que genérico, das formas de expressões de outros grupos, o historiador poderá argumentar que, enquanto outros grupos imigrantes desenvolveram outras formas de manifestação étnica, além da religião, para os poloneses a Igreja era um elemento essencial. Mas, para adquirir tal visibilidade, é preciso distanciar-se da idéia de que cada intelectual deve estudar apenas o “seu” grupo, que, como vimos, faz sentido para as comunidades étnicas, mas não para o mundo acadêmico. O historiador também poderá constatar a manifestação, no seu objeto de estudo, de fenômenos que as teorias de etnicidade já estabeleceram como recorrentes nos grupos étnicos, como, por exemplo, a existência de clivagens internas, mesmo em grupos com forte coesão social.<sup>4</sup> Os antropólogos descrevem esse modo de funcionamento da identidade com a noção de “identidade segmentar”. Em outro texto (Weber, 2005), analiso que o risco do não-distanciamento do intelectual com relação ao grupo étnico é maior em grupos para os quais a etnicidade contribui para a afirmação sócio-econômica e que proporcionam aos intelectuais benesses que têm significado no mundo acadêmico, como patrocínio de livros e bolsas de estudos.

E, fora da academia, deve o intelectual abster-se de produzir textos que deles esperam os grupos étnicos? Entre as “desconstruções” que são um método próprio do mundo acadêmico e as formulações laudatórias dos discursos destinados à afirmação de identidades positivadas, há um espaço muito grande de “negocia-

---

<sup>4</sup> Na mesma mesa redonda (“Memória e Identidade”) do III Encontro Regional Sul de História Oral, a professora Ieda Gutfreind forneceu exemplos para o caso dos judeus.

ção”. E é nesse espaço que o historiador oral pode praticar o que Portelli (1997, p. 29) chama de “ética da restituição”, referindo-se a outro importante debate entre os historiadores orais: como e o que devolver às pessoas e às comunidades que nos relataram suas histórias. Mas há situações, e chegamos a uma terceira ponderação, em que o ofício dos intelectuais será socialmente relevante: de um lado, quando se faz mister desconstruir identidades negativas, e, de outro, quando se trata de garantir direitos que resguardem uma identidade positiva para determinadas comunidades. As identidades negativas são, via de regra, impostas de fora para dentro para os grupos sociais, ou seja, na terminologia sociológica, são “exo-atribuições” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 146). Enquanto as exo-atribuições visam à exclusão, as “endo-atribuições”, as definições que o próprio grupo faz de si, são positivas e visam à inclusão. Quando um grupo é submetido por um longo tempo a uma situação de discriminação social, a visão negativa que lhe é imposta de fora acaba por ser internalizada pelos membros do grupo. Nessas situações, “desconstruir” as representações negativas que conduzem à estigmatização social não poderá ser visto como tarefa ingrata. Pode ser mesmo que se tenham de desconstruir imagens de superioridade de determinados grupos, quando estas conduzem ao racismo. Tal situação certamente colocará o historiador diante de “dilemas éticos e políticos”:

Por um lado, os historiadores orais podem achar que não têm o direito de usar as memórias das pessoas para fazer histórias que contestem ou critiquem seus narradores, e que isso constitui um abuso de confiança. Por outro lado, os historiadores orais podem achar que têm outro dever para com a sociedade e a história, a responsabilidade de contestar mitos históricos que privilegiam certas pessoas em detrimento de outras. Talvez todos os pesquisadores convivam com este dilema, mas para os historiadores orais ele está mais presente, porque mantemos relações pessoais com nossas fontes (Thomson et al., 1996, p. 71).

Quanto à defesa de grupos étnicos, a questão é complexa nas sociedades atuais. É um fato concreto que as sociedades democráticas, com toda uma estrutura administrativa e judicial que visa garantir direitos de cidadania a qualquer cidadão, não eliminaram os preconceitos étnicos e as desvantagens sociais que os mesmos acarretam. Laudos que advoguem o direito à terra para determinadas comunidades indígenas ou descendentes de escravos e “ações afirmativas” são exemplos de intervenções sociais que cada vez mais demandam a presença de historiadores. Trabalhando em parceria com antropólogos, os historiadores terão companheiros

de discussão mais experientes para discutir os novos dilemas éticos com os quais se confrontarão.<sup>5</sup>

Do exposto, fica, sem dúvida, o reconhecimento da relevância da questão. Os desafios, dilemas e dúvidas, que estão sempre presentes para os que refletem sobre a prática da história oral, não deixariam de se manifestar em um assunto tão complexo como o da identidade.

### Referências

- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, s.d. [1983].
- DI LEONARDO, Micaela. Oral History as Ethnographic Encounter. *The Oral History Review*, v. 15, p. 1-20, 1987.
- GLAZER, Nathan; MOYNIHAN, Daniel P. (Eds.). *Ethnicity, theory and experience*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1975 ("Introduction", p. 1-26).
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MOREIRA, P. R. S. et al. *Comunidade negra de Morro Alto*. Historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, v. 1.
- POLLAK, Michael. Pour un inventaire. *Les Cahiers de L'IHTP*, n. 4 (Questions à l'histoire orale), juin 1987, p. 11-31.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a étnica na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, PUCSP, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Que barulho é esse, o dos pós-modernos? *Anuário Antropológico 86*. Brasília: Editora da UnB/Tempo Brasileiro, 1988, p. 133-151.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais [1994]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.

---

<sup>5</sup> Para um exemplo de atuação conjunta de antropólogos e historiadores no reconhecimento de uma comunidade "quilombola" ver Moreira e al. (2004).

WALLERSTEIN, Immanuel. La construction des peuples: racisme, nationalisme, ethnicité. In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990, p. 95-116.

WEBER, Max *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, v. 1 (p. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277).

WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. *História em Revista*, Pelotas, volume especial (VII Encontro Estadual da ANPUH-RS), mar. 2005 [no prelo].